

Nota de Aula de Geografia do Brasil

Prof. Francisco Linhares

Mercosul ou ALCA?

Por uma América Latina forte

Desde o tempo da independência das colônias espanholas na América Latina, seus libertadores tinham um ideal de um dia unir toda a mesma em Estados extensos e fortes economicamente, um de seus idealizadores foi Simón Bolívar.

Mas este sonho ficou esquecido por mais de um século. No entanto após a Segunda Guerra Mundial, a sociedade tomou consciência da pobreza que existia no mundo, e uma das primeiras iniciativas da ONU (Organização das Nações Unidas) foi criar a Cepal – Comissão Econômica para a América Latina, com sua sede em um país subdesenvolvido, o Chile.

Muitos intelectuais trabalharam para o desenvolvimento de projetos econômicos na Cepal, alguns destes, muito bem recebidos pelos países latinos, mas que pouco contribuíram para a diminuição das desigualdades sociais, tornando o subdesenvolvimento uma condição para um futuro acordo econômico entre estes países, unindo-os em um grande bloco econômico.

Mas por que os países latinos deveriam se juntar em um grande bloco econômico? E por que o Brasil é alvo de outros países para ser um **parceiro comercial**?

As relações comerciais brasileiras

O Brasil participa do comércio internacional, ou seja, num comércio que envolve todos os países do mundo. Perceba que alguns países participam deste comércio como fornecedores de matérias-primas: alimentos, fontes de energia; e os outros participam industrializando estes elementos e exportando-os para os países de origem ou comercializando em seu mercado interno. Nosso país tanto fornece matérias-primas como industrializa-as, somos um país **subdesenvolvido industrializado**.

Ao longo do século XX, o comércio exterior do Brasil se modificou muito, especialmente, nos últimos 50 anos. Até a década de 1950 a grande maioria dos produtos exportados pelo Brasil era matéria-prima (até a primeira metade do século XX, o café chegou a ser 70% das exportações brasileiras) éramos um país **monoprodutor** e **monoexportador**, ou seja, nossa maior produção resumia-se a um produto, assim como nossas exportações também.

Quando houve, em 1929, uma grande crise do capitalismo em que os países que nos compravam café resolveram não mais comprá-lo, foi então que percebemos que nossa economia ficaria muito frágil se continuássemos com aquela política econômica.

A partir da década de 1930, passamos a investir em indústrias, infelizmente, não tínhamos dinheiro, nem máquinas e nem

tão pouco técnicos; tivemos que **importar** tudo, e pedir dinheiro emprestado. A consequência de tudo isso, foi que nos transformamos em um país com uma **economia dependente de investimentos externos e de tecnologia de outros países causando um grande endividamento externo**.

Porém, com todos os endividamentos e a dependência de tecnologia externa, atualmente mais de 60% das nossas exportações são de produtos industrializados e semi-industrializados, e passamos de país exportador de matérias-primas para importador de produtos como o petróleo, metais, carne e trigo. Essa atitude teve reflexos negativos na zona rural, já que se estávamos importando é porque os investimentos naquele setor diminuíram, causando uma grande migração das pessoas para as cidades.

Mesmo com todas as exportações, os produtos importados, pelo Brasil, em média, ainda, custam muito caro causando prejuízos para nosso país. Ainda por cima, os produtos brasileiros só concorrem no mercado internacional porque são baratos, a custa de péssimos salários pagos aos trabalhadores e da perda de direitos trabalhistas.

Outro fator que mudou muito foi a relação comercial do Brasil com os outros países. Anteriormente, por volta da década de 1960, nosso maior parceiro comercial era os Estados Unidos, nossos produtos tinham como primeiro destino aquele país, depois a Europa e em terceiro lugar o Japão. Ainda, hoje, estes países são importantes nas exportações brasileiras, mas nas últimas décadas a comercialização com os países subdesenvolvidos têm crescido bastante. Países como a Argentina, o Uruguai, a Venezuela, o Paraguai que apesar de serem nossos vizinhos, tinham pouco relação comercial com o Brasil, passaram a ocupar lugar de destaque em nossas relações de intercâmbio comercial.

Industrialização e subdesenvolvimento

Atualmente, somos um dos poucos países subdesenvolvidos industrializados do mundo, temos bastante importância no comércio mundial com parceiros comerciais importantes. Somos responsáveis por quase 70% das comercializações da América Latina. Perceba o quanto somos importantes, juntando as economias da Argentina, Paraguai e Uruguai em um ano de trabalho ela seria igual ao Estado de São Paulo. Restaria a economia de todos os outros estados brasileiros.

Mas, a industrialização e a modernização de nosso país não conseguiu diminuir as **profundas desigualdades sociais**, pelo contrário elas aumentaram. O progresso industrial baseado em tecnologia estrangeira e capital (dinheiro) emprestado a juros, privilegiou às elites empresariais, por poderem pagar baixos salários, aumentando o desemprego, e a concorrência por qualquer emprego.

Frente a todos estes problemas, a Cepal passou a incentivar a formação de blocos comuns na América Latina, **como tendência que se confirmaria no estágio atual da Globalização econômica**.

Antes do Mercosul

Em 1960 o Brasil com a Argentina, o México, o Paraguai e o Peru assinaram em Montevideu, o tratado que dava origem a Alalc – Associação Latino-Americana de Livre Comércio com o objetivo de eliminar certas barreiras comerciais entre os países membros no prazo de 12 anos. Passado esse tempo previsto o México, o Brasil e a Argentina não tinham abandonado as barreiras protecionistas.

Em 1980, a organização foi reformulada, mas mantendo os mesmos objetivos com um outro nome, agora deveria chamar-se Aladi – Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração.

No ano de 1982, todos os países da América Latina, inclusive o Brasil, passaram pela crise da dívida externa que elevou profundamente a inflação nestes países, o que comprometeu a integração, já que havia uma profunda diferença econômica entre os países membros.

O núcleo formador do Mercosul

Em novembro de 1985, o Brasil e a Argentina passaram a assinar uma série de acordos **bilaterais**, que previam a eliminação das barreiras econômicas entre os dois países. Essa atitude foi importante porque até então eram dois países rivais, e essa rivalidade ainda era alimentada por outros países como os Estados Unidos, principalmente, já que sem cooperação econômica Brasil e Argentina seriam fracos.

Depois da assinatura do acordo as relações comerciais entre os dois países intensificou o volume do comércio e as relações diplomáticas. Com o fim da ditadura militar nos dois países, os dois puderam introduzir projetos de desenvolvimentos muito semelhantes, apoiados na reformulação da participação do Estado na economia e de uma futura ampliação do mercado para outros países.

De fato, isso ocorreu em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai dando início ao Mercosul – Mercado Comum do Sul baseado no modelo de integração da UE – União Européia. Primeiramente houve uma cobrança de tarifas de importações para posteriormente reduzi-las até a total eliminação.

Depois, deveria se constituir uma **união aduaneira**, ou seja, os componentes do tratado deveriam possuir uma Tarifa Externa Comum (TEC) para o comércio com outros países. Na terceira fase deveria ser constituído um mercado comum de circulação de pessoas, serviços e capitais. Seria assim: você não precisaria de passaporte para ir para a Argentina, ou para qualquer país do Mercosul e as moedas seriam unificadas.

O impacto do Mercosul na economia brasileira

Após a efetivação do Mercosul, houve um extraordinário aumento do intercâmbio entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. O volume de comércio entre os países membros

saltou de 4 bilhões de dólares em 1990 para 20 bilhões em 1998, a maior parte das trocas comerciais, cerca de 75 por cento acontece entre Brasil e Argentina. Com isso a Argentina passou a ocupar o cargo de nosso principal parceiro comercial, deixando para trás países como a Holanda, a Alemanha e o Japão.

Tudo parecia dar certo, as expectativas para os próximos anos eram as melhores, a estimativa era de que o Mercosul comercializasse até 40 bilhões de dólares em 2006.

Os Estados Unidos lançam a idéia da ALCA

Você observou como um acordo de livre comércio beneficiou a comercialização do Brasil com outros países? Ficou ligado, como as exportações melhoraram a economia no nosso país? Pois é, os norte-americanos também. Eles perceberam que o Mercosul beneficiava a economia dos países membros, principalmente devido aos planos econômicos implementados nos dois países que conseguiram conter a alta da inflação (desvalorização da moeda de um país).

Em 1994, os norte-americanos lançam a idéia de uma Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, que teria como objetivo a eliminação de todas as barreiras comerciais entre os 34 países americanos, com exceção de Cuba, considerada pelos Estados Unidos como nação não-democrática.

Ora, e porque os norte-americanos tão ricos, maior potência econômica do mundo manifestariam o interesse de compor um bloco com países latinos tão pobres? A resposta aparece quando percebemos que no ano de 2000 eles acumularam uma queda em seu comércio maior do que o PIB de muitos países pobres, cerca de 480 bilhões de dólares. Com uma área de livre comércio entre os países das Américas eles poderiam suprir todo o comércio com seus produtos e recuperar em cima de nós suas perdas comerciais. Você percebeu, meu caro leitor? Nós seríamos recolonizados, ficaríamos responsáveis pela recuperação da economia dos Estados Unidos.

Só para você ter uma idéia, a economia norte-americana é tão grande que se entrarmos na ALCA como os Estados Unidos querem, seria muito provável que os produtos deles entrassem em nosso país mais baratos, e quebrariam as nossas empresas nos fazendo voltar a ser uma nação agrícola, o que causaria uma onda de desemprego e miséria terríveis a todos nós.

Por todas essas razões nós brasileiros nos opomos a idéia de entrar na ALCA, já que o Mercosul com todos os problemas que tinha estava dando certo e, ainda por cima, o Brasil começou a procurar apoio com a UE – União Européia. Os norte-americanos não gostaram, sentiram-se ameaçados e, aí começa a desintegração do Mercosul.

A Crise do Mercosul

Devido a nossa grande dependência financeira, as crises do México em 1995 e a dos países asiáticos em 1997

praticamente faliram nosso país, tivemos que pedir muito dinheiro emprestado ao FMI – (Fundo Monetário Internacional) e houve uma desvalorização muito grande do Real em relação ao dólar, prejudicando os nossos parceiros do Mercosul, especialmente a Argentina.

Como a nossa moeda ficou mais baixa que o dólar, o produto brasileiro passou a entrar na Argentina mais barato, causando uma grande quebra de empresas, e forçando o governo argentino a erguer barreiras comerciais contra o Brasil temendo haver uma invasão dos produtos brasileiros naquele país.

Em 2001, o Mercosul sofre um duro golpe com o colapso da economia na Argentina, o que provoca uma queda nas exportações brasileiras para aquele país combinado com instabilidades políticas no Paraguai e dificuldades financeiras no Uruguai.

Em setembro de 2001, os norte-americanos sofrem um duro golpe em sua economia quando o atentado de 11 de setembro, do mesmo ano, abala a economia daquele país e, conseqüentemente do mundo globalizado. A partir daí, os norte-americanos passam a investir pesado contra a economia brasileira procurando forçar a entrada do Brasil na ALCA.

ALCA – “Área de Legitimação da Colonização da América”?

A ALCA é reduzida a um assunto meramente comercial pela maioria da imprensa nacional. Deveríamos nos perguntar se existe alguma comissão pertencente a ALCA responsável por estudos que diminuam a pobreza, as desigualdades sociais, de como será feita a distribuição das riquezas ou da diminuição da concentração de renda tão gritante na América Latina. Podemos antecipar a resposta: **NÃO**. A Área de Livre Comércio das Américas é meramente comercial não existirá estudo de diminuição das desigualdades nem tão pouco da livre circulação de pessoas. Para os norte-americanos os brasileiros não são pessoas, são apenas números, consumidores.

A participação brasileira é tão importante, já que deixamos claro para eles que não queríamos entrar na ALCA, se as regras só privilegiarem os norte-americanos, que eles (os norte-americanos) insistem em nossa participação. E por quê? Por que somos o país mais importante da América Latina, e atualmente todos os países subdesenvolvidos enxergam no Brasil, o seu maior representante. Resta a nós brasileiros cruzar os braços e dizer não a ALCA e reafirmar a nossa independência.

ALCA NÃO

Desde 1997 a ALCA vinha sendo negociada de maneira secreta pelos governos. Para que o assunto se tornasse público, foi necessário que uma ONG americana, o *Institute for Agriculture and Trade Policy*, obtivesse de fonte não revelada a cópia de uma parte dos documentos referentes à negociação – a que trata de proteção de investimentos – e a divulgasse pela Internet no dia 18 de abril de 2001.

(...)

Um dos capítulos mais importantes é o que trata de investimentos (...). Ele define que o governo não pode diferenciar empresas estrangeiras de nacionais. Mais que isso. Permite que as empresas exijam indenizações caso alguma ação governamental leve à perda de lucros. A empresa não precisa ter obtido lucro é ter perdido para poder pedir compensações. Ela pode processar o governo pela perda de “lucros estimados”, ou seja, dos lucros que iria ter. Uma medida governamental que trate, por exemplo, de meio ambiente, reduzindo a área permitida de corte de madeira, ou demarcando uma terra indígena, pode provocar processo de indenização a uma empresa madeireira que comprou terras no país e se sente atingida nos seus “lucros estimados”. Assim, o governo pode ser obrigado a dar à empresa o lucro que ela teria com a exploração da área. O processo não correria pela Justiça dos países, mas em comissões indicadas pela empresa processante e pelo governo processado. Correriam de forma secreta, sem obedecer a preceitos jurídicos, podendo criar “fábricas” de processos viciados, arrancando indenizações em série de governos.

(Extraído e adaptado de CHRISPINIANO, José. Revista Caros Amigos Especial, março de 2002.)

ALCA é suicídio

“Na Roma antiga, só votam os romanos. No capitalismo global moderno, só votam os americanos, os brasileiros não votam”, diz o especulador George Soros (*Folha de S. Paulo*, 8/6/2002). A declaração tem o indiscutível mérito de explicar o sentido estratégico dos Estados Unidos para a América Latina e para o Brasil, em particular. Trata-se da “recolonização” do hemisfério, segundo um processo que tem três grandes vertentes: econômica (com a implantação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA); militar (com a ocupação da Amazônia); e cultural (com a destruição dos centros de pesquisa e de ensino superior público). Esse processo, já bastante avançado, foi ainda mais acelerado após o atentado de 11 de setembro. (...)

O PIB (Produto Interno Bruto) dos Estados Unidos soma cerca de 11 trilhões de dólares, equivalente a 22 PIBs do Brasil... e quase quatro vezes os PIBs somados dos outros países das Américas, incluindo o Canadá. A ALCA significaria a anexação dos mercados das Américas aos Estados Unidos... seria como promover uma disputa de boxe entre um peso-pesado e um peso-leve, sem dar qualquer vantagem ao “pequeno”. O [resultado] seria um [verdadeiro] massacre.

O detalhe é que todas as estratégias da ALCA, do ponto de vista da Casa Branca, está particularmente endereçada a “capturar” o Brasil. Basta somar dois mais dois. (...)

Brasil, mesmo após oito anos de [Fernando Henrique Cardoso], ainda tem muito a “oferecer” à atividade predatória das corporações transnacionais. [Por exemplo]: ainda, não foram privatizadas as gigantes como Furnas e Petrobrás. Ainda existe instalado no país um setor industrial nacional dinâmico... bancos brasileiros fortes... imensas reservas biológicas e minerais, incluindo água potável. (...) Se o Brasil

aderir a ALCA, cometeria um “verdadeiro suicídio”... Basta olhar para a Argentina [que desde 1990, cumpria rigorosamente as orientações do FMI]...atualmente tem mais da metade [de sua] população abaixo da linha de pobreza (ganha menos de 1 dólar por dia). Só que estamos falando de um país que já foi o quarto mais rico do mundo (nos anos 40), e de uma população relativamente culta (em 1993, só em Buenos Aires havia mais livraria do que em todo o Brasil).

Os Estados Unidos já estão, ostensivamente, ocupando a Amazônia. [Atualmente, os norte-americanos estão construindo] o maior aeroporto da América do Sul, em Manta, no Equador, no coração da floresta. (...) Enquanto aprimora a construção da base da Manta, Tio Sam tenta instalar a base de Alcântara, no Maranhão (entrada da Amazônia), [na época] com total cooperação de FHC. [No acordo] as autoridades brasileiras nem sequer terão o direito de verificar, por exemplo, o conteúdo das caixas ali desembarcadas pelo americanos [e, não terão direito de circular na área]... Isso significa que o Brasil está cedendo a sua soberania. Além disso, a instalação da base ameaça a sobrevivência das comunidades de remanescentes de quilombos que há mais de duzentos anos vivem na região [e que atualmente estão sendo expulsos].

[As verbas que faltam] para contratar novos professores na Universidade de São Paulo (USP) [e de todas as universidades federais no Brasil], não é “acidente”, nem resultado “imprevisto” ou “indesejável”. Ao contrário: faz parte de uma política deliberada de entrega da riqueza da nação às corporações imperiais. Não por acaso, o Banco Mundial “recomendou”, em documento público, a **privatização** da USP e de todo o ensino superior brasileiro....

(...) É óbvio que não interessa ao imperialismo [norte-americano] o desenvolvimento de pesquisa nacional, nem a formação de intelectuais capazes de elaborar um saber histórico, cultural e científico que consiga resistir à dominação cultural... promovida pelos centros do império.

[Será que darem os razão a George Soros?]

(Extraído e adaptado de ARBEX JR, José. Revista Caros Amigos, julho de 2002.)

A Integração Sul-Americana é viável?

Na Reunião de Cúpula Sul-Americana de Cuzco, Peru, foi assinado um ambicioso acordo de integração da América do Sul, impulsionado basicamente pela diplomacia brasileira. Embora saudado por alguns como um grande avanço, o acordo é considerado uma utopia política pelos críticos, enquanto a Argentina demonstra um comportamento reticente e problemático. Além disso, o Chile manifesta uma postura de que, se não é contra, aponta para dificuldades consideradas insuperáveis, como as baixas tarifas que já pratica, que estão abaixo do rebaixamento proposto. Daí muitos se perguntarem: a integração sul-americana é viável?

A proposta apresentada não é apenas de cooperação comercial e complementação econômica, mas também de integração da rede de transportes, como a conexão rodoviária

transoceânica Atlântico-Pacífico na região amazônica e ferroviária na região platina, com os portos chilenos, bem como hidrovária entre as bacias amazônica, platina e caribenha (Rio Orinoco). Além disso, haveria a integração energética (oleodutos, gasodutos e eletricidade, além de empresas mistas) e a cooperação político-diplomática (que envolve também uma dimensão com um de defesa).

Essa iniciativa decorre da projeção da economia brasileira e da diplomacia do país, encontrando base no fenômeno de regionalização que caracteriza a globalização. De fato, o intercâmbio cresceu nos últimos anos especialmente entre vizinhos, e que possuem um semelhante nível de desenvolvimento. Este fenômeno cresceu ainda mais com a instabilidade financeira e o crescimento do protecionismo, que recentemente tem caracterizado a economia internacional, e está presente nas demais regiões do mundo.

A atitude Argentina decorre, por um lado, de uma forma de ressentimento pela liderança brasileira, busca de uma barganha (mais vantagens comerciais em troca de apoio) e medo de perda de importância relativa, na medida em que a cooperação com o Brasil se diluirá por um maior número de países. O problema com o Chile resulta da situação objetiva deste país e de sua forma de inserção internacional, mas caso a Comunidade Sul-Americana de Nações se consolide, ele terá de buscar uma acomodação com os vizinhos. O problema colombiano decorre mais de fatores políticos, como a relação com os EUA via Plano Colômbia, mas não é irreversível. Os demais estão de acordo.

A integração sul-americana tem a vantagem de criar um forte mercado regional, que alavancará as economias da área, como também reforçará o interesse de outros parceiros, como a União Européia e a Ásia oriental. Especialmente porque cria um contrapeso à ALCA, cujas negociações se encontram estagnadas. Da mesma forma, o novo bloco terá mais poder nas negociações da OMC e criará um elemento positivo para o desenvolvimento, pois a região possui um enorme potencial de crescimento, ao contrário de pólos que já atingiram certo nível de saturação. Particularmente chama atenção o volume de recursos naturais existentes.

Certamente o voluntarismo político é a marca do processo, que muitos apontam como ponto fraco. Mas pode-se considerar que um problema da diplomacia da década anterior foi não haver pensado grande e ter deixado de agir no momento certo. Assim, é melhor correr o risco de ver um projeto não se concretizar do que deixar de formular projetos. Até porque não há, atualmente, maiores e melhores propostas viáveis na mesa de negociações. Por outro lado, parcerias estratégicas como a que está sendo articulada com países do porte da China, terão maior eficácia se promovidas pela região como um todo, para que não seja demasiadamente assimétrica. Desta forma, embora tenha enormes dificuldades pela frente, a iniciativa lançada em Cuzco também representa um potencial trunfo que não pode deixar de ser explorado.